

Frente Parlamentar Mista em Defesa da Renda Básica

Carta de Princípios

Em julho deste ano, ouvindo os anseios da sociedade civil, lançamos a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Renda Básica. Uma Frente representativa e diversa, formada por 217 parlamentares de 23 dos 24 partidos com representação no Congresso Nacional. Desde lá, uma das tarefas que conduzimos foi a de ouvir especialistas no tema, debatendo suas perspectivas e buscando construir consensos que nos permitam tanto formular propostas que ampliem o direito à proteção de renda, quanto nos posicionar coletivamente em relação àquelas que eventualmente surjam do Poder Executivo.

Fizemos então uma série de debates temáticos, dos quais participaram 27 especialistas, entre palestrantes externos e membros de nosso Conselho Consultivo. As discussões levaram em conta tanto a experiência bem sucedida do País em políticas de transferência de renda, quanto os desafios de reformulação impostos pela crise gerada em consequência da COVID-19. Como fruto dos debates, temos agora sete princípios relacionados ao desenho e ao financiamento de programas de transferência de renda, que orientam nossa atuação e contribuem para a instituição de uma Renda Básica de Cidadania no Brasil, conforme prevista na Lei n. 10.835, de 2004.

1) Combater a pobreza e a desigualdade, garantindo a inclusão social e econômica. Esta deve ser uma das metas fundamentais de um projeto de renda básica para o Brasil, o que implica aliar a segurança de renda à articulação de políticas públicas, que nos permitam enfrentar as diversas faces da desigualdade que marcam nossa sociedade, principalmente as de raça, gênero, territoriais e de acesso a serviços públicos. Isso é essencial para que um projeto de renda básica contribua não só para a justiça econômica, mas também para as justiças social e cultural de nosso país.

2) Desenhar uma política escalável, priorizando os mais vulneráveis. Um segundo acordo é sobre o público, ou sobre quem deve ser beneficiado pela transferência de renda em suas etapas de expansão. Sabemos que, idealmente, a renda básica é paga a todas as pessoas, independentemente da renda ou de outros critérios. No entanto, também temos clareza de que, no momento, ainda não foram alcançadas as condições econômicas que nos possibilitem ofertar uma renda digna a todos. Por isso, temos que pensar num modelo de segurança de renda que possa ampliar-se conforme a situação fiscal permita, mas que tenha como público prioritário a parcela mais vulnerável da população - as famílias e pessoas para quem o apoio do Estado é condição fundamental ao desenvolvimento de suas capacidades. Para que consigamos atender todos os vulneráveis, precisamos de uma proteção de renda que seja capaz de atingir a pobreza crônica e a intermitente, ou seja, tanto aqueles que sempre estão na pobreza, quanto os que entram e saem dela ao longo do ano. Do mesmo modo, é preciso especial atenção à pobreza enfrentada por nossas crianças e por outros grupos historicamente deixados à margem da proteção do Estado, como indígenas e quilombolas.

3) Organizar-se no Sistema Único de Assistência Social, com base no Cadastro Único. Já temos o mecanismo para identificar os mais vulneráveis, que devem ser nossa prioridade: o Cadastro Único. Do mesmo modo, temos um sistema público descentralizado presente em praticamente todas as cidades brasileiras, que não só identifica e cadastra essas famílias e pessoas, mas também realiza seu acompanhamento socioassistencial e as encaminha a outras políticas públicas - o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Logo, um projeto direcionado à renda básica com foco na população mais vulnerável deve ser conduzido pelo SUAS, a partir do Cadastro Único, zelando por seu aprimoramento e fortalecimento, inclusive no que se refere às condições de trabalho dos milhares de profissionais que atuam nesta rede.

4) Ter o Bolsa Família como base. Não menos importante é considerar que já temos um programa de transferência de renda reconhecido internacionalmente e cheio de êxitos: o Bolsa Família, que não só contribui para o alívio da pobreza, por meio da proteção de renda, mas também para sua superação entre gerações, por meio do estímulo à escolarização e cuidados com a saúde que fazem parte das condicionalidades do programa. Há vários modos de fortalecer o Bolsa Família em direção à renda básica, como ampliar sua cobertura e valores de benefícios, transformá-lo em um direito social e trabalhar para que cada vez mais a população por ele atendida tenha seu acesso a serviços e direitos sociais ampliado.

5) Promover a articulação intersetorial de políticas públicas. A gestão fragmentada de políticas públicas não serve às necessidades da população: as pessoas precisam de renda, saúde, educação, assistência social, acesso à água potável, saneamento, eletricidade, moradia, políticas de trabalho e emprego, entre outras. Assim, se queremos que um projeto de renda básica incida não só na pobreza, mas também em outros aspectos estruturais da desigualdade, temos que garantir que as políticas públicas conduzidas por vários setores do Estado sejam convergentes no atendimento à população. Isso pode ser feito fortalecendo o papel do Cadastro Único como um pivô de articulação de políticas públicas, um mapa que direcione serviços e benefícios de forma integrada aos mais vulneráveis.

6) Considerar as transformações no mundo do trabalho. Na busca por integração entre garantia de renda e as demais políticas, é fundamental promover educação, geração de emprego e formação profissional que estejam de acordo com o mundo atual e as transformações do trabalho no século XXI. Vivemos uma quarta revolução tecnológica, na qual muitas profissões são destruídas pela automação e, por isso, precisamos trabalhar um modelo educacional que insira nossos estudantes neste novo mundo. Mais ainda, é necessário ofertar políticas de qualificação e requalificação profissional capazes de alocar os trabalhadores em setores que seguirão gerando empregos de qualidade e com remuneração adequada, ampliando as possibilidades de ganhos formais da população. Além disso, embora a renda básica não seja substituta da renda do trabalho, ela tem o papel de proteger trabalhadores e trabalhadoras nessa transição, diminuindo sua dependência de vínculos precarizados e lhes permitindo trajetórias profissionais dignas.

7) Construir um modelo de financiamento redistributivo. Um projeto de renda básica que nos permita reduzir a desigualdade requer que os recursos para seu financiamento sejam transferidos do topo para a base da distribuição de renda, ou seja, dos mais ricos para os mais pobres. Para isto, podemos usar receitas derivadas de uma reforma tributária progressiva, que racionalize impostos sobre consumo e, principalmente, revise a tributação sobre patrimônio e remodele o imposto de renda, revendo suas alíquotas e as deduções e isenções que só beneficiam uma fração dos mais ricos deste país. Temos o consenso de que a reforma tributária é essencial para diminuir os níveis altíssimos da desigualdade brasileira, que são prejudiciais para o nosso desenvolvimento econômico. Para que os recursos financeiros desta reforma possam ser utilizados na ampliação de renda dos mais vulneráveis, precisamos trabalhar para que o modelo de limite de despesas do Governo Federal seja aperfeiçoado, nos levando à adoção de um regime fiscal socialmente responsável, isto é, que seja condizente com o cenário fiscal e econômico, tal como com as demandas da população e o contínuo enfrentamento das várias desigualdades existentes.

Com o objetivo de elevar o status da política de segurança de renda brasileira, sob estes consensos fundamentais estamos trabalhando para retomar a comissão que discute a ampliação do Programa Bolsa Família, já proposta na agenda social de 2019 (PL n. 6072/2019). Dentro desta comissão, poderemos discutir as várias propostas de renda básica que foram apresentadas ao longo de 2020 e construir uma saída que proteja nosso País dos níveis de pobreza assustadores que se avizinham com o fim do Auxílio Emergencial. Uma saída que permita a nossas crianças e adolescentes acreditarem que um Brasil mais justo é possível.